

que os materiais se acham estudados aqui e, principalmente, no estrangeiro : basta passar uma vista nas "Notas Bibliográficas" que a **Revista do Serviço Público** tem publicado nos últimos números. Poderá, assim, ter noção de que a maioria dos artigos de uso diário, e muito outros, de que os leigos na matéria nem suspeitam, já estão perfeitamente especificados pelos Institutos especializados que se dedicam à tecnologia dos materiais.

A falta da disseminação dos conhecimentos técnicos faz com que se chegue a situações verdadeiramente absurdas em assunto de abastecimento de materiais. Assim, por exemplo, um artigo banal, que qualquer particular é capaz de comprar sem preocupações, e ficar satisfeito, o simples e prosaico colchão, é hoje pedido por marca pelas Repartições. . . E, como êste exemplo, muitos outros poderiam ser citados.

A questão da compra com exigência sistemática de marca pre-estabelecida acarreta prejuízos para o Governo, pois o vendedor preferido precisaria ter um desprendimento verdadeiramente christão para não se aproveitar da exclusividade obtida, após muita catequese e paciência, afim de majorar indevidamente o preço.

Principalmente nos casos das chamadas "marcas de comércio", que os revendedores apõem aos produtos, exigir "marca" é sinônimo de entregar a encomenda ao seu possuidor sem concorrência.

É, pois, altamente moralizador o artigo 2.º da Circular n.º 10, quando determina :

"Não será permitida a aquisição de material de fabricação comum, e uso generalizado, com indicação de marca ou fabricante determinado".

O item 1 — previne, também, uma consequência da liberdade excessiva das Repartições comprarem, exigindo, desnecessariamente, marcas da fábrica ou de comércio. Era comum a mercadoria ser entregue antes de se ultimar o processo de compra, pois devido à citação da marca, o empenho era entregue na certa ao possuidor do artigo com a marca preferida.

Destarte, todo o longo processo de compra, consubstanciado nos pedidos de cotação, adjudicação, empenho da despesa, etc., era de fato uma comédia para legalizar uma aquisição de antemão realizada. Essa praxe estava se alastran-

do e a iniciativa do D.A.S.P. foi muito oportuna.

Os itens 3, 4 e 5 referem-se à obrigatoriedade do uso das especificações e da padronização do D.A.S.P., qualquer que seja o regime de compras, devendo a Imprensa Nacional tomar as providências para só executar encomendas dentro dessas normas, cabendo ao Departamento dos Correios e Telégrafos o encargo de fiscalizar que a correspondência oficial que transitar pelas suas dependências esteja dentro dos padrões adotados.

### A Padronização do Material de Expediente nas Repartições Estaduais

*O Governo do Estado do Rio Grande do Sul adotou as normas do Governo Federal*

Circunstâncias especiais, próprias ao desenvolvimento do nosso meio, obrigam o Governo Federal a ser vanguardeiro em muitos setores de atividade, que talvez em outros países estejam mais sujeitos à influência de iniciativas regionais ou particulares ; principalmente no que diz respeito à estruturação dos métodos de trabalho e normas para a execução dos serviços gerais de administração, a autoridade do Governo Federal está se estendendo a todo o país, firmando um paradigma vantajoso para os que se dispõem a segui-lo.

O Estado Novo tem favorecido a uniformização dos pontos de vista relativos à administração pública nas esferas de ação dos governos estaduais e municipais. Um dos resultados mais notáveis desse ajustamento de orientação, é, sem dúvida, a padronização dos orçamentos estaduais e municipais, conseguida após a realização do Congresso dos Interventores.

A aproximação das autoridades locais com o governo federal, reveste-se, hoje, de um sentido inteiramente diverso do que tinha ha alguns anos atrás : então, o contato da periferia com o centro dava-se exclusivamente para fins políticos. À Capital aportavam os chefes dos grupos eleitorais, para o "santo" e a "senha" dos embates estereis das eleições, e dela se retiravam depois de receberem a confirmação do seu prestígio, consubstanciado em alguns títulos de nomeação de correligionários políticos, ou a transferência de algum membro mais ativo da oposição local. . .

Quando, depois de uma dessas viagens ao Rio, o político não conseguia satisfazer, embora com prejuízo para a administração do país, as ambições dos que consideravam os cargos públicos como prêmio à dedicação partidária, podia se considerar em decadência. A esse ambiente de puro "coronelismo", sucedeu, felizmente, para o país, outro, em que as preocupações de ordem pessoal e partidária cederam lugar a outras, muito mais elevadas e úteis para o bem estar da Nação.

Hoje, em vez de conferências políticas, temos reuniões de administradores, e está se tornando um espetáculo comum nas Repartições, que representam as novas trilhas abertas pelo Estado Autoritário, a visita de chefes de serviços vindos dos Estados, que procuram assimilar os novos métodos de trabalho adotados pelo Governo Federal, afim de transportá-los, e adaptá-los às condições locais.

Sente-se um forte ansêio de aperfeiçoamento de parte daqueles que têm a responsabilidade de gerir os negócios públicos, e as vistas voltam-se, naturalmente, para a administração central, que deve ser depositária da melhor orientação e da mais eficiente prática.

Nos ramos intimamente ligados ao adiantamento cultural, técnico ou científico, é lógico que o Governo Federal tenha de fato uma posição na vanguarda, e que os Estados e Municípios, que não dispõem da mesma soma de recursos que o Governo Central, recorram à sua experiência. Esse é o caso do abastecimento do material às repartições, que envolve múltiplos aspectos no decorrer da sua solução, agrupáveis em tres linhas mestras, constituídas pelas questões de ordem comercial, administrativa e técnica que surgem inevitavelmente.

No tocante às compras, não seria aconselhável uma transposição pura e simples da organização federal para um Estado ou Município, em geral de movimento muito menor. Devendo a estrutura de um órgão comprador ser condicionada ao valor das compras, esse problema deve ser cuidadosamente estudado em face das condições locais.

Excetuado o princípio fundamental da centralização das compras, a atividade dos compradores está, pois, sujeita à diversidade de fatores, dentre os quais se destaca, muito claramente, a facilidade de abastecimento no comércio local.

Mais suscetíveis de uma solução uniforme em todo o país apresentam-se certos problemas de ordem administrativa, como, por exemplo, os que dizem respeito à guarda dos materiais nos Almo-xarifados, sua escrituração e balanço.

O problema técnico é, porém, da ordem de grandesa dos problemas nacionais, pois que se relaciona com o progresso da Indústria Nacional.

Uma parte bem apreciável do material adquirido pelo Governo é de origem nacional e, por isso, as especificações dos editais de concorrência têm que levar em conta, inevitavelmente, o grau de perfeição atingido pelos produtos nacionais. Um órgão do Governo, ao organizar uma especificação para um artigo de produção corrente no país, tem por obrigação estar ao par das possibilidades da indústria nacional, e conformar-se, muitas vezes, com um nível de qualidade um pouco menos elevado, afim de possibilitar a oferta dos produtores brasileiros.

O problema técnico da especificação dos materiais é, assim, mais complexo quando tratado por um departamento do Governo do que quando considerado por um simples particular.

Ao aspecto de política administrativa, que obriga a admissão dos produtos nacionais nos fornecimentos oficiais, junta-se outro, que convém não ser olvidado por aqueles que exercem autoridade pública: é a missão de procurar melhorar o nosso nível industrial.

Essa meta só pode ser alcançada por meio de uma ação conjunta dos Governos Federal, Estadual e Municipal, acordando em estabelecer os mínimos de qualidade admissíveis para os materiais de uso nas repartições públicas, de fabricação corrente no país.

Por esta forma, os industriais brasileiros teriam sempre, em qualquer ponto do território, um meio de aferir a eficiência dos processos de fabricação empregados vendo os seus produtos aceitos numa repartição Federal, Estadual ou Municipal, obtendo, assim, a certeza de que a sua atividade, do ponto de vista de qualidade, estava enquadrada na média da produção nacional.

Essa coordenação de esforços já está se processando, como se deduz da publicação do decreto baixado pelo Interventor no Estado do Rio Grande do Sul, em 7 de dezembro de 1939, tornando obrigatório o uso da padronização do Material de Expediente adotada pelo Governo Federal, em todas as repartições do Estado gaúcho,

estaduais, municipais, e em todas as entidades autárquicas.

Os estudos realizados pelo Governo Federal sobre a padronização dos materiais de escritório, foram integralmente aceitos pelo governo rio-grandense, "considerando a vantagem de aproveitar o trabalho já efetuado com pleno êxito na esfera nacional". Como dissemos acima, o contato dos administradores estaduais com os métodos de trabalho adotados pelo Governo Federal, produz a disseminação das boas idéias, com proveito para aqueles que são obrigados a resolver as mesmas dificuldades, já vencidas por este último.

O artigo 3.º do decreto citado, determina que servirão de modelo à padronização os tipos de moveis, papeis, tintas e timbres adotados pelo Governo da República.

Institue ainda o decreto a Comissão de Padronização que funcionará na Secretaria do In-

terior, composta dos presidentes das Comissões de Eficiência de todas as Secretarias de Estados, tendo a competência de adotar as providências e resolver as dúvidas pertinentes à execução do decreto, ficando o Secretário do Interior encarregado de expedir as instruções indispensáveis ao disciplinamento da matéria.

Nota-se nesses dispositivos um desejo forte de implantar a padronização do material nas repartições, tendo o Sr. Interventor tomado disposições administrativas destinadas a assegurar a efetiva adoção das normas federais.

Alem dessas precauções essenciais ao bom êxito da execução do decreto de 7 de dezembro, o Governo gaúcho deverá, ainda, cuidar da parte do recebimento dos materiais padronizados designando, a exemplo do Governo Federal, um Laboratório oficial, onde se realizem os exames técnicos com o fim de decidir si os materiais entregues satisfazem às exigências de qualidade contidas na padronização adotada.

## Notas Bibliográficas

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DE SÃO PAULO (Anexo à Escola Politécnica) — Boletim n.º 24 — MÉTODOS DE ENSAIOS ADOTADOS NO I. P. T. PARA O ESTUDO DAS MADEIRAS NACIONAIS, pelo Eng. Frederico Abranches Brotero, da Secção de Madeiras — Junho, 1939.

Na segunda reunião dos Laboratórios de Ensaio, realizada em S. Paulo no mês de abril de 1939, e da qual a *Revista do Serviço Público* deu notícia detalhada em seu número do mês de abril-maio, ficou resolvido que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de S. Paulo, em cuja sede estava se realizando a reunião, organizasse um trabalho aconselhando a aparelhagem mínima que os Laboratórios deveriam possuir para a execução de ensaios de madeiras.

Como trabalho preliminar, o I. P. T. publicou o Boletim n.º 24, onde são descritos os métodos de ensaios adotados pelo Instituto para o ensaio de madeiras nacionais. A descrição dos métodos de ensaio, acarreta, naturalmente, a dos aparelhos empregados e, assim, os interessados no assunto, podem adquirir, desde já, uma orientação que lhes será dada definitivamente por ocasião do 3.º congresso dos Laboratórios, a reunir-se em abril do corrente ano, em Porto Alegre.

O estudo das madeiras nacionais em S. Paulo, data de 1905, e foi iniciado sob a direção de H. Pujól Júnior, no antigo Gabinete Paula Sousa, da Escola Politécnica daquele Estado. Retomados em 1927, por iniciativa de Ari Torres, foram os estudos programados e têm sido levados a fim sob forma sistemática. As publicações do I. P. T. sobre o assunto têm sido frequentes e valiosas, conforme se pode julgar pela seguinte lista:

"Sugestões para o melhor conhecimento de nossas madeiras. Propriedades físicas e mecânicas da Peroba Rosa", pelo Eng. F. A. Brotero. 1931.

"Estudo dos caracteres físicos e mecânicos das madeiras", mesmo autor. 1932.

"Contribuição para a identificação micrográfica das nossas madeiras", pelo eng. José Aranha Pereira. 1933.

"Estudos sobre madeiras — I — Contribuição sobre a flambagem — II — Ensaio de Compressão simples", pelo eng. F. A. Brotero. 1933.

"Emprêgo das madeiras nacionais em aviação", mesmo autor. 1934.

"Algumas aplicações da madeira — I — Soalhos de madeira — II Madeira para aviação — III — Alguns dados sobre a fabricação das hélices de madeira", pelo mesmo autor. 1938.